

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

**CONSELHO EDITORIAL**M. F. DO NASCIMENTO BRITO  
PresidenteWILSON FIGUEIREDO  
Vice-Presidente**REDAÇÃO**MARCELO PONTES  
EditorPAULO TOTTI  
Editor ExecutivoMARCELO BERABA  
Editor ExecutivoORIVALDO PERIN  
Secretário de Redação**SISTEMA JB**SERGIO REGO MONTEIRO  
Vice-Presidente**JORNAL DO BRASIL**  
HENRIQUE CABAN  
Diretor Executivo

## Depois do Susto

A duplicação das taxas de juros pelo Banco Central, superando o nível esperado pelo mercado financeiro, mostrou que a equipe econômica recebeu amplo respaldo do presidente Fernando Henrique para cortar pela raiz a ameaça de ataque especulativo ao real.

Segundo estimativas do mercado, desde segunda-feira, dia 27 – quando as bolsas brasileiras caíram violentamente em reação à forte baixa da Bolsa de Hong Kong, na quinta-feira anterior –, a perda de reservas ficou perto dos US\$ 8 bilhões. A maior parte da saída de recursos seria resgate de aplicações em bolsa, sendo as remessas feitas através do mecanismo do Anexo IV.

A média diária de negócios superior a US\$ 1 bilhão na Bolsa de Valores de São Paulo confirma suspeita de que esses resgates estavam ligados à fuga dos investidores estrangeiros, ressabiados com a queda geral das bolsas mundiais. Como a Bovespa ainda acumulava rentabilidade de 64% até o dia 24, havia gordura para ser queimada.

Ao dobrar os juros das operações de redesconto de liquidez aos bancos, o governo emitiu sinal inequívoco da disposição de sustentar o real e a estabilização econômica. Os que ousaram apostar contra o real pagarão caro. Após a alta dos juros, o retorno dos dólares que saíram do país será feito com perdas de custo e oportunidade.

Os reflexos internos da disparada dos juros, contudo, serão traumáticos, pois desacelerarão a atividade econômica. As vendas do comércio, que garante 40% a 50% de seu faturamento com o Natal, deverão ter forte retração. A violenta alta dos juros fará as prestações pesarem mais no bolso do consumidor. Há risco de recrudescimento da inadimplência dos consumidores e sobretudo do comércio para com a indústria, e de todos em relação ao sistema financeiro.

Mas não havia alternativa. O custo político de sustentar o plano de estabilização certamente foi avaliado pelo presidente Fernando Henrique na reunião com a equipe econômica na noite de quarta-feira. Depois que os mercados internacionais voltaram a cair em seguida ao depoimento do presidente do Federal Reserve Bank, Alan Greenspan, no Congresso americano, ficou clara a dificuldade de rolar operações de crédito nos centros financeiros internacionais.

As mudanças para melhor, reconhecidas pelos brasileiros, com a estabilização econômica trazida pelo Plano Real, são enorme capital político que não podia ser negligenciado pelo presidente Fernando Henrique. Espera-se que o remédio (amargo) tenha efeito profilático imediato, mas com duração que não ultrapasse o primeiro trimestre de 98.

A crise do México mostrou que o mercado internacional de crédito pode recobrar a normalidade de dois a cinco meses. Nesse período, graças à proteção que o aumento draconiano das taxas de juros oferecerá ao Brasil, atraindo capitais para financiar o balanço de pagamentos – incluindo a continuidade da privatização, em bases menos favoráveis –, o governo pode recuperar o equilíbrio da economia e as condições para rebaixar os juros, fazendo coincidir a retomada do crescimento com o início da campanha eleitoral marcado para maio de 98.

Este cenário favorável precisa, no entanto, ser pavimentado com corajosas medidas no campo político para reforçar o alicerce fiscal do Plano Real, que não pode se sustentar eternamente pelo binômio juros-câmbio. O susto causado pela crise internacional das bolsas deve despertar finalmente o Congresso da sua inércia irresponsável em relação aos destinos do Brasil. A votação das reformas não pode esperar.